



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO Nº 3545/2021/MMA

Brasília, 03 de agosto de 2021.

Ao Quarto-Secretário em exercício na
Primeira-Secretaria da Mesa Diretora do Senado Federal
Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Edifício Principal, 1º andar
70165-900 - Brasília/DF

apoioimesa@senado.leg.br

Assunto: Resposta ao Ofício nº 386/2021/SF - Requerimento de Informação nº 385/2020.

Senhor Quarto-Secretário,

Refiro-me ao Ofício nº 386/2021/SF, de 09 de julho de 2021, o qual veicula o Requerimento de Informação nº 385/2020, de autoria do Senador Rogério Carvalho (PT/SE), que “requer que sejam prestadas informações sobre as políticas deste Ministério relativas a desmatamento, queimadas e enfrentamento do efeito estufa”.

1 - Com relação ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), solicita-se detalhamento sobre o grau de atendimento dos 9 (nove) objetivos para cumprimento até 2020 definidos para ambos os planos em publicação oficial dessa pasta (http://combateaodesmatamento.mma.gov.br/images/Doc_ComissaoExecutiva/Livro-PPCDAm-e-PPCerrado_20JUN2018.pdf PPCDAm – páginas 141 a 146 e PPCerrado – páginas 101 a 106). Indicar quais foram atendidos totalmente, parcialmente e quais não foram atendidos. Informar quais foram as dificuldades encontradas que justifiquem eventual não atendimento de um ou mais objetivos.

As informações solicitadas disponíveis no Departamento de Florestas do MMA estão nos documentos BALANÇO DE EXECUÇÃO 2017 - PPCDAm e PPCerrado, BALANÇO DE EXECUÇÃO 2018 - PPCDAm e PPCerrado. Seguem abaixo os links para o BALANÇO DE EXECUÇÃO 2017 - PPCDAm e PPCerrado 2016-2020 e para o BALANÇO DE EXECUÇÃO 2018 - PPCDAm e PPCerrado 2016-2020.

http://combateaodesmatamento.mma.gov.br/images/Doc_ComissaoExecutiva/Balano-PPCDAm-e-PPCerrado_2017.pdf

http://combateaodesmatamento.mma.gov.br/images/Doc_ComissaoExecutiva/Balano-PPCDAm-e-PPCerrado_2018_f.pdf

2 - Solicita-se cópia do Balanço de Execução 2019 do PPCDAm e PPCerrado 2016-2020. Caso o Balanço 2019 não esteja pronto, solicita-se cópia das consultas realizadas aos órgãos setoriais para elaboração desse Balanço.

O documento BALANÇO DE EXECUÇÃO 2019 PPCDAm e PPCerrado pode ser encontrado no link:

http://combateaodesmatamento.mma.gov.br/images/Doc_ComissaoExecutiva/Balano-PPCDAm-e-PPCerrado_2019_aprovado.pdf.

3 - Já estão em elaboração novas fases do PPCDAm e do PPCerrado para o período pós-2020? Se sim, solicita-se cópia do ato que designou membros que serão encarregados da elaboração, bem como cópia das atas das reuniões realizadas.

As ações do PPCDAm e do PPCerrado foram incorporadas no Plano para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa. O plano é considerado no momento documento preparatório. Será publicado após submissão à Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa. O ato que designou os membros da Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa foi a Portaria nº 122, de 23 de março de 2020. Essa comissão foi instituída pelo Decreto nº 10.142, de 28 de novembro de 2019 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10142.htm), e tem as seguintes competências: I - propor planos e diretrizes e articular e integrar ações estratégicas para prevenção e controle do desmatamento ilegal e recuperação da vegetação nativa nos biomas; II - coordenar e monitorar a implementação dos planos de ação para prevenção e controle do desmatamento ilegal nos biomas de que trata o inciso III do caput do art. 6º da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009; III - coordenar e monitorar a implementação da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa e do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa; IV - coordenar o desenvolvimento e implementação de iniciativas relacionadas ao setor florestal no âmbito das Contribuições Nacionalmente Determinadas do Brasil; V - propor prioridades para a aplicação de recursos voltados à redução do desmatamento ilegal e do aumento de áreas com vegetação nativa; VI - propor medidas para o fortalecimento da atuação do Poder Público em ações estratégicas para o alcance dos objetivos estabelecidos nas políticas e planos de que tratam os incisos II e III; VII - propor parcerias entre órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, entidades privadas e a sociedade civil; e VIII - promover ações conjuntas para produzir, harmonizar e disponibilizar informações oficiais relativas ao desmatamento, cobertura e uso da terra e incêndios.

4 - No caso de existir algum plano ou outro instrumento de planejamento para prevenção e controle do desmatamento, solicito que seja disponibilizado o acesso a esses dados.

Vide resposta acima.

5 - Qual estratégia de políticas públicas de prevenção e controle do desmatamento o MMA tem adotado em 2020?

As estratégias estão incluídas no Plano para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa, que ainda é documento preparatório, conforme Art. 20 do Decreto nº 7.724/2012. Após submissão à Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa será publicado.

6 - Solicitamos o acesso do Relatório de Gestão da pasta sobre esse tema para o exercício de 2019.

O relatório de Gestão pode ser encontrado no link: <https://mma.gov.br/auditorias/item/15767-processos-de-contas-anuais-2019.html>.

7 - Que estrutura de governança o MMA dispõe para fazer frente ao desafio do desmatamento no País, particularmente na Amazônia Legal?

A Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais - SAS, do Ministério do Meio Ambiente - MMA, é responsável pela coordenação da Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa - Conaveg, instituída pelo Decreto nº 10.142, de 28 de novembro de 2019. A comissão é uma instância de governança interinstitucional, cujos membros são: o Ministério do Meio Ambiente, que a coordena; o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; o Ministério da Defesa; o Ministério da

Economia; o Ministério da Justiça e Segurança Pública; e o Ministério do Desenvolvimento Regional. Nos casos da Amazônia Legal e do bioma Cerrado, o novo plano incorpora ações do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAM e do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado. O novo plano deverá ser implementado em articulação com as ações desenvolvidas pelo Conselho Nacional da Amazônia Legal, coordenado pela Vice-Presidência da República, conforme Decreto nº 10.239, de 11 de fevereiro de 2020. A SAS também é responsável pela coordenação da Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+, CONAREDD+. Adicionalmente esta secretaria coordena a implementação do Projeto GCF - REDD+ Brasil em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD com recursos do Fundo Verde para o Clima - GCF. O Projeto GCF - REDD+ Brasil, foi aprovado em 2019, em retribuição aos esforços brasileiros de redução do desmatamento na Amazônia, com um montante de USD 96.452.228,00. O projeto terá duração de 6 anos, a contar de janeiro de 2020, e conta com dois componentes de aplicação de recursos, a saber, (1) desenvolvimento de um Programa Piloto de Incentivo a Serviços Ambientais para Conservação e Recuperação de Vegetação Nativa (Programa Piloto Floresta+) e (2) o fortalecimento da implementação da Estratégia Nacional para REDD+. As atividades previstas para o ano de 2020 referem-se à implementação de processos preparatórios para a seleção dos beneficiários, com o início dos pagamentos previstas para ocorrer em meados de 2021. Para o ano corrente, estão programadas atividades de detalhamento de cada uma das modalidades do Floresta+, formalização de parcerias com instituições federais e estaduais, contratação de instituição financeira para pagamentos, desenvolvimento e melhoria de sistemas de informação e produção de material de divulgação do projeto.

8 - Solicita-se cópia do relatório de atividades econômicas que mais impactaram no desmatamento mais recente.

O MMA desconhece esse tipo de levantamento.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE

Ministro de Estado do Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Joaquim Alvaro Pereira Leite, Ministro do Meio Ambiente**, em 03/08/2021, às 19:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0757307** e o código CRC **3AC8A05B**.